

Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Eólica Serra das Vacas Holding II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

a) Análise quanto à redução ao valor recuperável (“impairment”) do ativo imobilizado

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.10 e nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia avalia anualmente a existência ou não de indicativos de riscos de valor recuperável para seu ativo imobilizado. As avaliações compreendem as estimativas relacionadas a fatores internos e externos que podem afetar os ativos e requerem grau significativo de julgamento por parte da Administração. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos classificados pela Companhia na rubrica do imobilizado somavam o montante de R\$270.777 mil. Esses ativos são referentes aos parques eólicos e compostos, em sua maioria, pelos aerogeradores alocados na linha de máquinas e equipamentos.

Esse assunto foi considerado como principal assunto de auditoria pois: (i) os montantes envolvidos foram considerados materiais para nossa auditoria; (ii) há julgamento envolvido quanto à estimativa de fluxos de caixa futuros, que contempla projeção de receitas futuras, bem como custos associados à geração de energia; e (iii), há julgamento envolvido na determinação da taxa de desconto a ser aplicada a esses fluxos de caixa futuros.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos relevantes associadas com a elaboração e revisão da análise do valor recuperável do ativo imobilizado; (ii) a avaliação da razoabilidade do modelo e metodologia utilizados pela Administração na análise do valor recuperável dos ativos; (iii) o envolvimento de nossos especialistas para nos auxiliar na avaliação da taxa de desconto utilizada; (iv) a avaliação das premissas de negócio utilizadas pela Companhia, entre elas a projeção das receitas e custos de geração de energia e de sua razoabilidade perante informações macroeconômicas e do segmento de energia.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, para sua análise de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como as divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4	1	1.739	44	Fornecedores	13	-	34	414	516
Títulos e valores mobiliários	5	1	4	3.655	11.552	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	8.717	8.940
Contas a receber	6	-	-	4.314	3.191	Debêntures	14	2.667	1.187	2.667	1.187
Impostos e contribuições a recuperar		11	11	54	52	Arrendamentos	16	-	-	30	25
Dividendos a receber		3.539	3.539	-	-	Dividendos a pagar		-	-	-	-
Outros ativos		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>1.377</u>	<u>906</u>	Obrigações trabalhistas		-	-	83	23
Total dos ativos circulantes		<u>3.556</u>	<u>3.556</u>	<u>11.139</u>	<u>15.745</u>	Obrigações tributárias		3	3	791	659
						Outros passivos	17	-	-	2.300	2.780
						Total dos passivos circulantes		<u>2.670</u>	<u>1.224</u>	<u>15.002</u>	<u>14.130</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Caixa Restrito	7	-	-	809	554	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	156.993	164.966
Aplicações financeiras vinculadas	7	-	-	11.333	9.642	Debêntures	14	47.310	44.631	47.310	44.631
Contas a receber	6	-	-	2.414	3.004	Arrendamentos	16	-	-	2.477	2.368
Partes relacionadas	8	1.493	1.504	933	-	Outros passivos	17	-	-	630	1.154
Ações preferenciais resgatáveis	9	30.035	34.826	-	-	Total dos passivos não circulantes		<u>47.310</u>	<u>44.631</u>	<u>207.410</u>	<u>213.119</u>
Investimentos	10	81.715	78.710	-	-						
Imobilizado	11	-	-	262.297	270.777	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	12	-	-	306	268	Capital social	19	80.431	80.431	80.431	80.431
Total dos ativos não circulantes		<u>113.243</u>	<u>115.040</u>	<u>278.092</u>	<u>284.245</u>	prejuízos acumulados		<u>(13.612)</u>	<u>(7.690)</u>	<u>(13.612)</u>	<u>(7.690)</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>66.819</u>	<u>72.741</u>	<u>66.819</u>	<u>72.741</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>116.799</u>	<u>118.596</u>	<u>289.231</u>	<u>299.990</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>116.799</u>	<u>118.596</u>	<u>289.231</u>	<u>299.990</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quantidade de ações e valor da ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	20	-	-	38.885	33.804
CUSTO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	21	-	-	(20.777)	(23.139)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.108</u>	<u>10.665</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(13)	(97)	(520)	(534)
Equivalência patrimonial	10	3.005	(2.932)	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		<u>2.992</u>	<u>(3.029)</u>	<u>(520)</u>	<u>10.131</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	16	1	671	266
Despesas financeiras	23	<u>(8.930)</u>	<u>(5.716)</u>	<u>(22.779)</u>	<u>(18.130)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(8.914)</u>	<u>(5.715)</u>	<u>(22.108)</u>	<u>(17.864)</u>
		<u>(5.922)</u>	<u>(8.744)</u>	<u>(4.520)</u>	<u>(7.733)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	24	-	-	(1.402)	(1.011)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(5.922)</u>	<u>(8.744)</u>	<u>(5.922)</u>	<u>(8.744)</u>
Média ponderada de ações integralizadas - em milhares		80.704	80.704		
Prejuízo por ação (em reais - R\$)		(0,07338)	(0,10835)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(5.922)	(8.744)	(5.922)	(8.744)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(5.922)</u>	<u>(8.744)</u>	<u>(5.922)</u>	<u>(8.744)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		80.431	1.054	2.483	-	83.968
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.744)	(8.744)
Absorção de reserva de lucros		-	(1.054)	-	1.054	-
Distribuição de dividendos (R\$0,01831 por ação)		-	-	(2.483)	-	(2.483)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>80.431</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7.690)</u>	<u>72.741</u>
Prejuízo do exercício		-	-	-	(5.922)	(5.922)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>80.431</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.612)</u>	<u>66.819</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(5.922)	(8.744)	(5.922)	(8.744)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	21	-	-	13.473	13.432
Apropriação de juros sobre arrendamentos	16	-	-	262	247
Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	8.875	5.596	20.764	17.652
Apropriação de custos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	14 e 15	74	49	74	49
Rendimentos de aplicações financeiras vinculadas e títulos e valores mobiliários	23	(16)	-	(671)	(266)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(3.005)	2.932	-	-
Varição de ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber		-	-	(533)	120
Impostos a recuperar		-	-	(2)	55
Outros ativos		-	-	(471)	(406)
Fornecedores		(34)	1	(102)	159
Obrigações trabalhistas		-	-	60	4
Obrigações tributárias		-	2	1.368	818
Outros passivos		-	-	(1.004)	1.885
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(3.745)	(3.473)	(15.607)	(9.647)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.236)	(1.080)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(3.773)</u>	<u>(3.637)</u>	<u>10.453</u>	<u>14.278</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aplicações financeiras vinculadas, caixa restrito e títulos e valores mobiliários		20	(3)	6.624	(8.744)
Dividendos recebidos	10 a)	-	2.646	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	11 e 12	-	-	(4.892)	(280)
Partes relacionadas		11	(4)	(933)	-
Ações preferenciais resgatáveis		4.791	4.109	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>4.822</u>	<u>6.748</u>	<u>799</u>	<u>(9.024)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos pagos		-	(2.483)	-	(2.483)
Empréstimos financiamentos e debêntures pagos	14 e 15	(1.046)	(636)	(9.269)	(4.135)
Captação de empréstimos		-	-	-	-
Arrendamentos pagos		-	-	(288)	(268)
Partes relacionadas		-	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(1.046)</u>	<u>(3.119)</u>	<u>(9.557)</u>	<u>(6.886)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3</u>	<u>(8)</u>	<u>1.695</u>	<u>(1.632)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo no início do exercício		1	9	44	1.676
Saldo no fim do exercício		4	1	1.739	44
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>3</u>	<u>(8)</u>	<u>1.695</u>	<u>(1.632)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA SERRA DAS VACAS HOLDING II S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia denominada Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., “Sociedade por Ações” de capital fechado, está sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.931, 4º andar, sala 4, Jardim Paulistano, CEP- 01452-910, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto a participação direta nas seguintes sociedades por ações, denominadas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. foi constituída conforme Ata da Assembleia de Constituição da Sociedade por Ações datada em 31 de outubro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2021, os passivos circulantes da Companhia e suas controladas excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$3.863 no consolidado. A Administração da Companhia entende que não existe risco de inadimplência, ou continuidade operacional, uma vez que parte substancial dos passivos circulantes referem-se às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras e contempla as parcelas vincendas nos próximos doze meses, enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita gerada no mês, advinda da venda de energia. A expectativa da Administração é de que a geração de caixa assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e suas controladas.

2. ENTIDADES DO GRUPO

2.1. Sociedades controladas

A Companhia possui participações em sociedades controladas. O objeto social é predominantemente a exploração de serviços no ramo de energia elétrica por fonte eólica.

A relação das sociedades controladas, com suas denominações sociais e as respectivas participações em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estão demonstradas a seguir:

	Potência instalada em kW	Garantia física em kW médio	2021 e 2020
Eólica Serra das Vacas V S.A.	26.000	11.600	100%
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	26.000	11.000	100%
	<u>52.000</u>	<u>22.600</u>	

As empresas controladas têm sede no município de São Paulo, estado de São Paulo e os parques eólicos instalados no município de Paranatama, Estado de Pernambuco. A construção foi finalizada em agosto de 2017 e operaram em fase de testes entre setembro e novembro de 2017. Em 1º dezembro de 2017, as controladas iniciaram suas atividades comerciais.

2.2. Contrato de autorização

As controladas, por meio das portarias do Ministério de Minas e Energia nº 126, de 16 de abril de 2015, e nº 127, de 16 de abril de 2015, foram autorizadas a estabelecerem-se como Produtoras Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica.

Os contratos de autorização têm vigência de 35 anos, contados a partir da publicação das portarias anteriormente referidas. Adicionalmente, não há cláusulas de renovação automática ou pagamento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente ao término das Autorizações, em razão de seus ativos serem próprios.

2.3. Comercialização de energia

As controladas, participaram do 6º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e realizado em 31 de outubro 2014, conforme o Edital de Leilão nº 08/2014-ANEEL. Em 21 de julho de 2015, as controladas assinaram contratos de energia de reserva - CER, na modalidade disponibilidade de energia elétrica. Toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada será comercializada por um prazo de 20 (vinte) anos, com início do período de suprimento a partir de 1º de outubro de 2017.

As controladas ofertaram, a partir de 1º de outubro de 2017, o total de seus volumes de geração de energia elétrica aos contratos na modalidade de disponibilidade de energia elétrica.

2.4. Riscos das operações

a) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” da região estar entre as melhores do nordeste brasileiro, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.
- Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas controladas façam julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis devido às circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativa são: (a) vida útil estimada do imobilizado e intangível; e (b) provisão para recuperação dos ativos. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional (real - R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

c) Base de consolidação

As políticas contábeis e as demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Os investimentos em controladas são contabilizados na controladora por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, que inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle deixa de existir. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação de investimentos em controladas, resultados de equivalência patrimonial, provisão para perdas em operações de controladas, dividendos a receber e a distribuir e créditos e débitos relativos a transações entre as sociedades consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as sociedades consolidadas, quando aplicável.
- Eliminação dos lucros não realizados, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, cujos valores não superam os valores de mercado, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

3.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas

Os títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras vinculadas estão demonstrados ao custo amortizado, sendo os efeitos das taxas de juros efetivas registrados no resultado e apresentados na rubrica "Receitas financeiras".

3.4. Instrumentos financeiros - ativos

a) Classificação

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) custo amortizado; (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende do modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros.

(i) Custo amortizado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros.
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

(iii) Valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, a entidade pode efetuar uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumento patrimonial, que de outro modo seriam mensurados ao valor justo por meio do resultado, de apresentar alterações subsequentes no valor justo em outros resultados abrangentes.

b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi constituída provisão para riscos de crédito.

3.5. Instrumentos financeiros - passivos

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.6. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber no decurso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada, acrescidos ou deduzidos dos ajustes contratuais relativos às diferenças entre a quantidade de energia faturada e a quantidade de energia gerada previstas nos contratos de Energia de Reserva são registradas como receita de comercialização de energia, as quais são realizadas na CCEE no âmbito do mercado regulado.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para redução ao valor recuperável, se necessária.

3.7. Estimativa para provisão perdas esperadas

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam incorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para provisão para perdas esperadas é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas Controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.8. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O custo dos ativos construídos pela própria Companhia e controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando estabelecido nos contratos de arrendamentos, e custos e juros de financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

A depreciação dos ativos, é calculada usando método linear considerando a vida útil estimada, de acordo com as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (regulador) ou prazo de autorização, dos dois o menor. A Administração entende que essas taxas representam a vida útil econômica estimada dos ativos das controladas.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

a) Provisão para desmobilização

A Companhia possui a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais relacionadas aos arrendamentos dos terrenos onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão representa a melhor estimativa de desembolso futuro, por se tratar de obrigações de longo prazo, sendo mensurada ao seu valor justo devendo ser revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida (servidões) não são amortizados, sendo submetidos a teste anual para análise de redução de seu valor líquido recuperável.

Os softwares referem-se ao custo das licenças do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, representados pela diferença entre as receitas líquidas da alienação e seu valor líquido contábil, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.10. Provisões para perdas por recuperação em ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

3.11. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.

3.12. Debêntures, empréstimos e financiamentos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos pagos na assinatura dos contratos das debêntures e empréstimos e financiamentos são reconhecidos como custos da transação, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures e os empréstimos e financiamentos são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.13. Reconhecimento de receita

a) Receita de comercialização de energia

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando há a transferência do controle para o comprador.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, sendo reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

3.14. Resultado por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41- Resultado por Ação.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam vir a ser conversíveis em ações e que possam representar diluição do lucro por ação. Conseqüentemente, o lucro básico por ação não difere do lucro diluído por ação.

3.15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios.

Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A mensuração dos impostos diferidos ativos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos.

Regime de tributação do imposto de renda e contribuição social nas controladas

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido para o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente. Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

3.16. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

As novas normas ou alterações de normas e interpretações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia serão efetivas conforme descritas abaixo:

- a) Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16 - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 - expediente prático

A Administração avaliou o expediente prático emitido pelo IASB em maio de 2020 e concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras.

3.17. Normas novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 11 - Contratos de Seguro CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	Impacto da adoção inicial da das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2	01.01.2021
CPC 06 (R2)	Impacto da aplicação inicial da alteração à IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19.	01.01.2021

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2023
CPC 15 (R1) - Combinação de negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato	01.01.2022

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41 CPC 48 - Instrumentos Financeiros CPC 06 (R2) - Arrendamentos CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020	01.01.2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	01.01.2023

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de análise dos impactos dos demais pronunciamentos destacados acima.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos bancários	<u>4</u>	<u>1</u>	<u>1.739</u>	<u>44</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI (*)	<u>1</u>	<u>4</u>	<u>3.655</u>	<u>11.552</u>

(*) Refere-se a aplicações no Fundo Itaú Soberano RF Simples LP FICFI cuja carteira é composta de aproximadamente 95% de suas operações atreladas ao CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os rendimentos médios foram de 98,64% do CDI (89,56% do CDI para o exercício findo em 31 de dezembro 2020).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecimento contratual de energia - CER (a)	4.314	3.191
Conta de ajuste contratual (quadriênio) de energia - CER (b)	2.414	3.004
	<u>6.728</u>	<u>6.195</u>
Circulante	4.314	3.191
Não Circulante	2.414	3.004
	<u>6.728</u>	<u>6.195</u>

(a) Saldo referente a contratos de energia de reserva.

(b) Saldo referente ao saldo de superávit de geração, apurado por suas controladas no 1º ano do 2º quadriênio iniciado em outubro de 2021.

7. CAIXA RESTRITO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

a) Caixa restrito

	Consolidado	
	2021	2020
Depósitos bancários	<u>809</u>	<u>554</u>

b) Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	2021	2020
Fundo Bradesco H Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo	<u>11.333</u>	<u>9.642</u>

Referem-se a aplicações no Bradesco H FI RF Referenciado DI longo prazo cuja carteira é composta de aproximadamente 68% de suas operações atreladas a títulos públicos federais e 32% em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os rendimentos médios foram de 55,94% do CDI (87,93% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

Os itens (a) e (b), referentes a caixa restrito e as aplicações financeiras vinculadas, são mantidos no ativo não circulante como forma de garantia, e vinculados ao financiamento obtido junto ao BNDES mencionado na nota explicativa nº 15.

8. PARTES RELACIONADAS

8.1. Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Eólica Serra das Vacas I S.A. (a)	-	-	105	-
Eólica Serra das Vacas II S.A. (a)	-	-	105	-
Eólica Serra das Vacas III S.A. (a)	-	-	105	-
Eólica Serra das Vacas IV S.A. (a)	-	-	105	-
Eólica Serra das Vacas V S.A. (b)	271	1.504	-	-
Eólica Serra das Vacas VII S.A. (b)	1.222	-	-	-
Eólica Serra das Vacas Holding III S.A. (c)	-	-	513	-
	<u>1.493</u>	<u>1.504</u>	<u>933</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se a reembolso de compartilhamento de infraestrutura

(b) Refere-se a operações de mútuos a receber com a controlada, sobre as quais não incidem juros e não há prazo de vencimento determinado

(c) Refere-se dispêndios a reembolsar Eólica Serra das Vacas Holding III S.A

8.2. Remuneração da Administração

No ano de 2021 a remuneração dos Administradores foi de R\$ 130, ao qual houve o rateio entre as controladas de todo o grupo conforme mencionado no item 8.1 (a). Mantendo como custo agregado a esta companhia e suas controladas o montante de R\$ 88. Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria nem remuneração baseada em ações

9. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	2021	2020
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	<u>30.035</u>	<u>34.826</u>

a) Ações preferenciais resgatáveis em controladas

Em 30 de novembro de 2017, o Conselho de Administração das empresas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A. aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, totalizando o valor de R\$48.000.

A data de resgate é até 29 de agosto de 2030 e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totaliza 9.767.721. O valor de emissão por ação e o valor do resgate por ação, está demonstrado a seguir:

	Valor de emissão por ação	Valor capitalizado por ação	Valor de reserva de capital por ação
Eólica Serra das Vacas V S.A. - R\$	2,9224	0,0269	2,8955
Eólica Serra das Vacas VII S.A. - R\$	3,1784	0,0336	3,1448

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$475, e parte como reserva de capital no montante de R\$34.351. Para efeitos de registro contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, (CPC), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total de emissão deduzido dos resgates realizados até 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$34.826, foi registrado como passivo circulante nas empresas controladas, em contrapartida a uma conta no ativo não circulante, na controladora.

	Ações preferenciais resgatadas		Legislação societária	
	Quantidade	Valor de emissão	Capitalizadas	Reserva de capital
Eólica Serra das Vacas V S.A.	5.062.391	17.337	221	17.116
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	4.705.330	17.489	254	17.235
	<u>9.767.721</u>	<u>34.826</u>	<u>475</u>	<u>34.351</u>

	2020				Saldo 31/12/2020
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital		Total reserva	
		30/11/2019	Valor resgatado		
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	19.224	(2.108)	17.116	17.337
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	19.236	(2.001)	17.235	17.489
	<u>475</u>	<u>38.460</u>	<u>(4.109)</u>	<u>34.351</u>	<u>34.826</u>

	2021				Saldo 31/12/2021
	Ações preferenciais resgatáveis	Reserva de capital		Total reserva	
		31/12/2020	Valor resgatado		
Eólica Serra das Vacas V S.A.	221	17.116	(2.458)	14.658	14.879
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	254	17.235	(2.333)	14.902	15.156
	<u>475</u>	<u>34.351</u>	<u>(4.791)</u>	<u>29.560</u>	<u>30.035</u>

10. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	2021	2020
Avaliação patrimonial	<u>81.715</u>	<u>78.710</u>

a) Movimentação do saldo dos investimentos:

2020				
Controlada	Saldo em 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2020
Eólica Serra das Vacas V S.A.	38.561	(1.356)	(681)	36.524
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	46.504	(1.576)	(2.742)	42.186
	<u>85.065</u>	<u>(2.932)</u>	<u>(3.423)</u>	<u>78.710</u>
2021				
Controlada	Saldo em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2021
Eólica Serra das Vacas V S.A.	36.524	1.549	-	38.073
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	42.186	1.456	-	43.642
	<u>78.710</u>	<u>3.005</u>	<u>-</u>	<u>81.715</u>

b) As informações financeiras das controladas estão apresentadas a seguir:

2021				
Empreendimentos	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Lucro Do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	143.617	(105.544)	(38.073)	1.549
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	145.644	(102.002)	(43.642)	1.456
	<u>289.261</u>	<u>(207.546)</u>	<u>(81.715)</u>	<u>3.005</u>
2020				
Empreendimentos	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Prejuízo do exercício
Eólica Serra das Vacas V S.A.	150.852	(114.328)	(36.524)	(1.356)
Eólica Serra das Vacas VII S.A.	149.121	(106.935)	(42.186)	(1.576)
	<u>299.973</u>	<u>(221.263)</u>	<u>(78.710)</u>	<u>(2.932)</u>

11. IMOBILIZADO

a) Imobilizado em curso

Consolidado		
	Material Sobressalente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.865	2.865
Transferências	(232)	(232)
Aquisições	280	280
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.913	2.913
Aquisições	4.789	4.789
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.702	7.702

b) Imobilizado em serviço

Consolidado							
	Terreno	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Provisão para Desmobilização	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	668	28.126	249.272	6	2.306	592	280.970
Transferências	-	-	232	-	-	-	232
Arrendamento	-	-	-	-	69	-	69
Depreciações	-	(1.060)	(12.238)	-	(91)	(18)	(13.407)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	668	27.066	237.266	6	2.284	574	267.864
Arrendamento	-	-	-	-	139	-	139
Depreciações	-	(1.060)	(12.250)	-	(98)	(19)	(13.427)
Aquisições	-	-	19	-	-	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2021	668	26.006	225.035	6	2.325	555	254.595
Segregado em:							
Custo	668	30.266	274.934	6	2.562	629	309.065
Depreciação acumulada	-	(4.260)	(49.899)	-	(237)	(74)	(54.470)
	668	26.006	225.035	6	2.325	555	254.595
Vida útil média - em anos							
Taxa média de depreciação - em %							
Total do ativo imobilizado em 2020							270.777
Total do ativo imobilizado em 2021							262.297

(*) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente. A provisão foi reconhecida no ativo imobilizado em contrapartida de outros passivos no passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não identificou eventos que pudessem gerar a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis.

12. INTANGÍVEL

Consolidado			
	Servidões	Software	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132	161	293
Depreciação	-	(25)	(25)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	132	136	268

	Consolidado		
	Servidões	Software	Total
Depreciação	(16)	(30)	(46)
Aquisição	-	84	84
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>116</u>	<u>190</u>	<u>306</u>
Segregado em:			
Custo	132	220	352
Depreciação	<u>(16)</u>	<u>(30)</u>	<u>(46)</u>
	<u>116</u>	<u>190</u>	<u>306</u>

13. FORNECEDORES

As contas a pagar de fornecedores incluem obrigações a pagar de bens ou serviços que foram adquiridos no decorrer da construção e custos de manutenção após a entrada dos parques em operação

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores de materiais e serviços	<u>-</u>	<u>34</u>	<u>414</u>	<u>516</u>

14. DEBÊNTURES

O Conselho de Administração da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A. aprovou, em 27 de outubro de 2017, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única. Para esta série foram emitidas 48.000 (quarenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000 (um mil reais), totalizando, na data de emissão, o valor total da emissão de R\$48.000 (quarenta e oito milhões de reais).

As debentures serão amortizadas em 28 (vinte e oito) parcelas semestrais e consecutivas, sendo a primeira amortização em 15 de dezembro de 2018 e juros de 7,31 % ao ano + IPCA. O montante foi liberado à Companhia em dezembro de 2017.

Os recursos líquidos captados em 11 de dezembro de 2017 foram destinados a investimentos nas controladas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.

Na escritura de debêntures há cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Na referida escritura também existem cláusulas de repactuação.

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
Principal e juros incorridos	53.629	49.544
(-) Custo de transação a amortizar	<u>(3.652)</u>	<u>(3.726)</u>

	Controladora e consolidado	
	2021	2020
	<u>49.977</u>	<u>45.818</u>
Segregado entre:		
Circulante	2.667	1.187
Não circulante	<u>47.310</u>	<u>44.631</u>
	<u>49.977</u>	<u>45.818</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2023	2.995
2024	3.228
2025	3.992
2026	5.667
2027	6.273
2028 - 2030	<u>25.155</u>
	<u>47.310</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	44.282
Juros incorridos	5.596
Amortização de juros	(3.473)
Amortização de principal	(636)
Apropriação custos a amortizar	49
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>45.818</u>
Juros incorridos	8.876
Amortização de juros	(3.745)
Amortização de principal	(1.046)
Apropriação custos a amortizar	74
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>49.977</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As controladas da Companhia captaram um financiamento, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, composto, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, destinado à implantação do Complexo Eólico Serra das Vacas. Os créditos destinados às controladas com data final de amortização em 15 de março de 2034.

O saldo do empréstimo está sendo pago em 192 prestações mensais com vencimento dia 15 de cada mês pelo período de 15 de abril de 2018 a 15 de março de 2034. O principal é atualizado por TJLP + 2,46% ao ano e os juros incidentes sobre o período de carência do contrato deverão ser acrescidos ao seu principal.

Foram dadas como garantias do referido contrato, ações da Eólica Serra das Vacas Holding II S.A., ações das empresas Eólica Serra das Vacas V S.A. e Eólica Serra das Vacas VII S.A.; cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de receita e recebíveis futuros das beneficiárias além de máquinas e equipamentos que compõem os parques de geração do Complexo Eólico Serra das Vacas.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial, apresentação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta, bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Dentre as obrigações das beneficiárias, está a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, até 30 de maio de cada ano, referentes ao exercício anterior, durante a vigência do contrato.

No contrato de financiamento há cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, não financeiros (qualitativos) e geração de caixa. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, essas cláusulas restritivas foram atendidas, e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. No contrato de financiamento também existem cláusulas de repactuação.

O contrato de financiamento também apresenta cláusulas que condicionam a Companhia, na posição de interveniente, a não distribuir recursos aos acionistas, seja na forma de dividendos e/ou juros sobre capital próprio acima do mínimo legal estatutário de 25% do lucro líquido do período, salvo se obter autorização prévia do BNDES, ou cumprir integralmente e cumulativamente, os seguintes requisitos: (i) verificação da conclusão do projeto; (ii) atendimento do ICSD consolidado no exercício anterior; (iii) cumprimento de todas as obrigações dispostas no contrato de Cessão Fiduciária; (iv) inexistência de qualquer inadimplemento da Companhia e suas controladas; e (v) comprovação de geração mínima consolidada de 197,976 Gwh no período de doze meses anteriores ao mês de apuração.

A Companhia atua como interveniente nos contratos de empréstimos supracitados e forneceu como garantia, as ações das controladas emitidas em sua titularidade.

Adicionalmente, não há contratos de empréstimos em nome da controladora, somente o contrato de debêntures.

Em junho de 2020, as controladas da Companhia fizeram o pleito ao Plano de Ação Emergencial do Covid-19 do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento, denominado “Stand Still”, cujo deferimento ocorreu em 7 de julho de 2020. O “Stand Still” foi criado com intenção de mitigar os efeitos da pandemia do Covid-19 no Brasil, que consiste na suspensão dos pagamentos (principal e juros), por um período de seis meses. Nesse período, os montantes de principal e juros postergados serão capitalizados ao saldo devedor do contrato.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Principal e juros incorridos	<u>165.710</u>	<u>173.906</u>
Segregado entre:		
Circulante	8.717	8.940
Não circulante	<u>156.993</u>	<u>164.966</u>
	<u>165.710</u>	<u>173.906</u>

As parcelas vincendas a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	R\$
2023	8.895
2024	9.646
2025	10.462
2026 – 2030	67.184
2031 – 2034	60.806
	<u>156.993</u>

a) A movimentação do exercício é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	171.523
Juros incorridos	12.056
Amortização de juros	(6.174)
Amortização de principal	(3.499)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>173.906</u>
Juros incorridos	11.889
Amortização de juros	(11.862)
Amortização de principal	(8.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>165.710</u>

16. ARRENDAMENTO

As controladas da Companhia possuem contratos de locação de terras. Esses contratos são classificados como arrendamentos, conforme previsto no CPC 06 (R2) e, seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Mais de 5 anos	2021	2020
Total dos Contratos	7.028	6.940
Encargos financeiros futuros	(4.521)	(4.547)
Valor presente dos pagamentos mínimos	<u>2.507</u>	<u>2.393</u>
Circulante	30	25
Não circulante	<u>2.477</u>	<u>2.368</u>
	<u>2.507</u>	<u>2.393</u>

A movimentação do exercício é conforme segue:

Arrendamentos

Adoção em 1 de janeiro de 2019	2.345
Atualização monetária	69
Apropriação de juros	247
Amortizações	(268)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>2.393</u>
Atualização monetária	139
Apropriação de juros	262
Amortizações	(288)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>2.507</u>

O direito de uso sobre os contratos firmados está registrado na rubrica de “Imobilizado”, conforme nota explicativa nº 11.

17. OUTROS PASSIVOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Obrigação contratual (a)	2.300	2.780
Total circulante	<u>2.300</u>	<u>2.780</u>
Obrigação contratual (a)	-	524
Provisão para desmobilização (b)	630	630
Total não circulante	<u>630</u>	<u>1.154</u>
Total outros passivos	<u>2.930</u>	<u>3.934</u>

(a) A controlada Eólica Serra das Vacas V S.A. apurou déficit de geração ao final do segundo ano de seu quadriênio, que se encerrou em setembro de 2020, o saldo do ressarcimento anual do déficit seria liquidado em 12 parcelas conforme regimento do Contrato de Energia de Reserva CER, contudo ocorreu a suspensão da liquidação do ressarcimento relativo às usinas eólicas objeto de pedidos de reconhecimento de Constrained-off à ANEEL, em virtude de Despacho da ANEEL nº 2303/2019. Para controlada Eólica Serra das Vacas VII S.A., foi apurado superávit tanto em todos os anos do 1º quadriênio, quanto no 1º ano do 2º quadriênio. Vide nota explicativa nº 6.

(b) Referem-se aos custos estimados pela Companhia, a serem incorridos no futuro, para desmobilização e retirada dos ativos instalados nos parques eólicos. O montante estimado foi ajustado a valor presente e, representa a melhor estimativa atual da Administração.

18. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração, com base nas avaliações dos seus assessores legais, avalia a necessidade ou não de registro de constituição para riscos judiciais. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia não identificou a existência de processos ou situações que requeressem o registro de provisão para riscos que fosse necessária à sua divulgação.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social integralizado é no montante de R\$80.431, dividido em 80.703.948 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

Acionista	Controladora		
	Capital Subscrito	Quantidade e de ações	%
Serra das Vacas Participações S.A.	80.431	80.703.948	100%

19.2. Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício antes de outras destinações e limitada a 20% do capital social.

19.3. Dividendos

A distribuição de dividendos se dá com base em 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou baseado no percentual deliberado em assembleia ordinária.

19.4. Resultado por ação

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo do exercício aos montantes utilizados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(5.305)	(8.744)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	80.703.948	80.703.948
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	(0,06573)	(0,10835)

20. RECEITA LÍQUIDA

	Consolidado	
	2021	2020
Suprimento de energia elétrica - energia de reserva - CER	40.102	37.494
Sobras e déficit da obrigação contratual – CER	415	(2.296)
Total receita bruta	40.517	35.198
(-) Deduções:		
PIS e COFINS	(1.466)	(1.239)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(166)	(155)
Total	(1.632)	(1.394)
Total de receita líquida	38.885	33.804

21. CUSTO E DESPESAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2021	2020
Depreciação e amortização	(13.473)	(13.432)
Despesa com pessoal	(1.280)	(1.629)
Serviços de terceiros	(4.536)	(4.024)
Arrendamentos	-	(37)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(2.086)	(1.944)
Material	(963)	(1.773)
Outros	1.561	(300)
	<u>(20.777)</u>	<u>(23.139)</u>

22. RECEITAS (DESPESAS) GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços de terceiros	(9)	(96)	(495)	(529)
Outras Despesas e Receitas	(4)	(1)	(25)	(5)
	<u>(13)</u>	<u>(97)</u>	<u>(520)</u>	<u>(534)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora	
	2021	2020
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	<u>16</u>	<u>1</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(8.875)	(5.596)
Outras despesas	<u>(55)</u>	<u>(120)</u>
	<u>(8.930)</u>	<u>(5.716)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(8.914)</u>	<u>(5.715)</u>
	Consolidado	
	2021	2020
Receitas financeiras:		
Títulos e valores mobiliários	<u>671</u>	<u>266</u>
	<u>671</u>	<u>266</u>

	Consolidado	
	2021	2020
Despesas financeiras:		
Juros sobre empréstimos, financiamento e debêntures	(20.764)	(17.652)
Comissões e “waiver fee”	(981)	(9)
Outras Despesas	(1.034)	(469)
	<u>(22.779)</u>	<u>(18.130)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(22.108)</u>	<u>(17.864)</u>

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social correntes, debitados ao resultado do exercício nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentada a seguir:

	Controladas			
	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de energia	40.151	40.151	37.494	37.494
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	3.212	4.818	3.000	4.499
Receitas financeiras	644	644	266	266
Base de cálculo	3.856	5.462	3.266	4.765
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Subtotal	(578)	(490)	(490)	(429)
Adicional de IRPJ	(334)	-	(92)	-
Total	<u></u>	<u>(490)</u>	<u>(582)</u>	<u>(429)</u>
Despesas com IRPJ e CSLL		<u>(1402)</u>		<u>(1.011)</u>

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos nas quais os resultados obtidos são consistentes com as expectativas da Administração. A Companhia não possui políticas ou estratégias específicas para gerenciamento dos instrumentos financeiros, visto que a Administração entende que não existe risco significativo de perdas relacionadas a esses instrumentos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

Controladora

	Classificação	2021	2020
<u>Ativos</u>			
	Valor justo por		
Caixa e equivalente de caixa	meio do resultado	4	1
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	1	4
Ações preferenciais resgatáveis em controladas	Custo amortizado	30.035	34.826
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.493	1.504
Dividendos a receber	Custo amortizado	3.539	3.539
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	Custo amortizado	29	34
Debêntures	Custo amortizado	49.977	45.818

Consolidado

	Classificação	2021	2020
<u>Ativos</u>			
	Valor justo por		
Caixa e equivalente de caixa	meio do resultado	1.739	44
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	3.655	11.552
Contas a receber	Custo amortizado	6.728	6.195
Caixa Restrito e Contas Vinculadas	Custo amortizado	12.142	10.196
Ações preferenciais resgatáveis	Custo amortizado	30.035	34.826
Partes relacionadas	Custo amortizado	933	-
<u>Passivos</u>			
Fornecedores	Custo amortizado	414	516
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	8.717	173.906
Debêntures	Custo amortizado	49.977	45.818
Outros passivos	Custo amortizado	2.930	3.934
Arrendamentos	Custo amortizado	2.507	2.393

b) Valor justo

Não existem divergências significativas entre os valores de mercado e os valores registrados na contabilidade para os ativos e passivos financeiros.

c) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras.

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura centralizar suas operações em instituição de primeira linha.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

e) Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que estão sujeitos.

f) Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia busca diversificar a captação e a aplicação de recursos em termos de taxas pós-fixadas visando à mitigação desse tipo de risco.

g) Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas, em atendimento ao disposto no item 40 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por debêntures, empréstimos e financiamentos e caixa e equivalentes de caixa, ao qual a Companhia e suas controladas estão expostas na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando as taxas/índices vigentes na data das demonstrações financeiras, e ainda outros cenários de deterioração (instrumentos financeiros ativos) ou apreciação (instrumentos financeiros passivos) em 25% e 50% sobre o cenário provável.

Os valores-base para o cenário provável são:

- IPCA: acumulado últimos 12 meses: 10,06%
- TJLP: 5,32%.

- CDI - acumulado últimos 12 meses: 2,75%. Demonstramos, a seguir, os impactos no resultado financeiro da Controladora e do Consolidado, para os cinco cenários estimados para os próximos 12 meses:

Controladora	2021	Índice ao ano	Cenários		
			Provável	(25%)	(50%)
Títulos e valores mobiliários	1	CDI	-	-	-
Debêntures	(49.977)	IPCA + 8,5%	(8.681)	(10.851)	(13.022)
	<u>(49.976)</u>		<u>(8.681)</u>	<u>(10.851)</u>	<u>(13.022)</u>

Consolidado	2021	Índice ao ano	Cenário		
			Provável	(25%)	(50%)
Debêntures	(49.977)	IPCA + 8,5%	(8.681)	(10.851)	(13.022)
Empréstimos e Financiamentos	(165.710)	TJLP + 2,45%	12.892	16.115	19.338
Aplicações Financeiras					
Vinculadas	11.333	CDI	498	622	746
Títulos e Valores Mobiliários	3.655	CDI	160	201	241
	<u>(130.721)</u>		<u>(4.869)</u>	<u>(6.087)</u>	<u>(7.304)</u>

h) Risco de capitalização

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Dívida de empréstimos, financiamentos e debêntures	215.687	219.724
(-) Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valor mobiliário e aplicações financeiras vinculadas	16.727	21.791
Dívida líquida	<u>198.960</u>	<u>197.933</u>
Patrimônio líquido	67.435	72.741
Relação dívida líquida e patrimônio líquido - %	295%	272%

26. COMPROMISSOS

- a) As controladas da Companhia mantem compromisso de cumprimento do contrato de manutenção de seus aerogeradores - O&M, no montante de aproximadamente R\$1.600 ao ano, com vencimento em 2030, ao qual possui reajuste anual pelo IPCA.

27. SEGUROS

Controladora e Consolidado

Objeto	Importância segurada	Vigência		Segurado
		Início	Fim	
Responsabilidade civil geral Riscos operacionais	10.000	19/12/2021	19/12/2022	Controladora e controladas
Parque eólico das investidas	279.328	19/12/2021	19/12/2022	Controladas

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Consolidado	
	2021	2020
Atualização dos contratos / Adoção Inicial - arrendamentos /imobilizado	139	69

29. COVID-19

No final de 2019 os casos de coronavírus (“COVID-19”) foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde, declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas imagina-se que seja significativo.

Ato contínuo, o Governo Federal estabeleceu que alguns serviços essenciais não poderiam paralisar suas operações durante o período de crise e isolamento social provocado pela pandemia, dentre estes estão enquadrados o setor de energia elétrica e, por consequências, as empresas geradas de energia. Desta forma, a Companhia e suas subsidiárias continuam operando normalmente, sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional.

A Administração da Companhia, mediante gerenciamento de risco, avaliou os potenciais impactos do COVID-19 em suas operações, e:

- Não houve impacto na geração de energia no período e não há expectativa de impacto futuro.
- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia e suas controladas.
- Não houve aumento relevante em relação à inadimplência dos clientes.

- Durante as operações do exercício de 2021, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, um dos valores fundamentais da Companhia é a segurança. Dessa forma, estamos adotando todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. As principais medidas já adotadas pela Companhia são:

- Implementação do “home office” para o “backoffice”.
- Distanciamento de pessoal ligado à operação.
- Escalas alternadas e utilização de cuidados higiênicos.
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais.
- A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “impairment” de ativos, descontinuidade operacional, nem que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pela Administração da Companhia em 31 de março de 2022.
